



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

PROCESSO	10120.907446/2017-19
ACÓRDÃO	3202-003.902 – 3ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/2ª TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE	22 de maio de 2026
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	FERTILIZANTES ALIANCA EIRELI EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/07/2014 a 30/09/2014

PIS. COFINS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CONCEITO DE INSUMOS.

O conceito de insumo para fins de apuração de créditos no regime não cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins deve ser aferido à luz dos critérios da essencialidade ou da relevância do bem ou serviço para a produção de bens destinados à venda ou para a prestação de serviços pela pessoa jurídica - entendimento emanado pelo STJ no REsp 1.221.170/PR e Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5/2018.

CRÉDITOS EXTEMPORÂNEOS. IMPOSSIBILIDADE.

O aproveitamento de créditos extemporâneos da contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS exige a apresentação de DCTF e DACTON retificadores, comprovando os créditos e os saldos credores dos trimestres correspondentes. Inteligência da Súmula Carf nº 231, aprovada pela 3ª Turma da CSRF em sessão de 05/09/2025.

CRÉDITOS. NÃO CUMULATIVIDADE. PRODUTOS TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. POSSIBILIDADE.

O artigo 3º, inciso II das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 garante o direito ao crédito correspondente aos insumos, mas excetua expressamente nos casos da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição (inciso II, § 2º, art. 3º). Tal exceção, contudo, não invalida o direito ao crédito referente ao frete pago pelo comprador dos insumos sujeitos à alíquota zero, que compõe o custo de aquisição do produto (art. 289, §1º do RIR/99)

CRÉDITOS. NÃO CUMULATIVIDADE. IMPORTAÇÃO DE INSUMOS. POSSIBILIDADE.

O desconto de créditos aqui examinados se amolda a previsão contida no art. 3º, inciso II da Lei nº 10.833/03, razão pela qual, a glosa deve ser revertida.

ACÓRDÃO

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso voluntário, para reverter as glosas sobre: i) frete sobre aquisição de produtos tributados à alíquota zero e ii) frete sobre aquisição de produtos importados. Este julgamento seguiu a sistemática dos recursos repetitivos, sendo-lhes aplicado o decidido no Acórdão nº 3202-003.859, de 22 de maio de 2026, prolatado no julgamento do processo 10120.907449/2017-44, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

Assinado Digitalmente

Rodrigo Lorenzon Yunan Gassibe – Presidente Redator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Wagner Mota Momesso de Oliveira, Jucileia de Souza Lima, Rafael Luiz Bueno da Cunha, Onizia de Miranda Aguiar Pignataro, Aline Cardoso de Faria, Rodrigo Lorenzon Yunan Gassibe.

RELATÓRIO

O presente julgamento submete-se à sistemática dos recursos repetitivos prevista nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 87 do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023. Dessa forma, adota-se neste relatório substancialmente o relatado no acórdão paradigma.

Trata-se de Recurso Voluntário, interposto em face de acórdão de primeira instância que julgou improcedente Manifestação de Inconformidade, cujo objeto era a reforma do Despacho Decisório exarado pela Unidade de Origem, que acolhera em parte o Pedido de Ressarcimento/Compensação apresentado pelo Contribuinte. O pedido é referente ao Ressarcimento nº 00164.91000.060415.1.1.18-8753, referente a suposto direito creditório de PIS/PASEP do regime não cumulativo Mercado Interno originado pela aquisição no mercado interno de bens e serviços cujas vendas foram efetuadas com suspensão, isenção, alíquota 0 (zero) ou não incidência da Contribuição relativa ao período de apuração do 3º trimestre de 2014, no valor de R\$ 101.892,39.

Os fundamentos do Despacho Decisório da Unidade de Origem e os argumentos da Manifestação de Inconformidade estão resumidos no relatório do acórdão recorrido. Na sua ementa, em síntese abaixo, estão sumariados os fundamentos da decisão, detalhados no voto:

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/07/2014 a 30/09/2014

PIS. COFINS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CONCEITO DE INSUMOS.

O conceito de insumo para fins de apuração de créditos no regime não cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins deve ser aferido à luz dos critérios da essencialidade ou da relevância do bem ou serviço para a produção de bens destinados à venda ou para a prestação de serviços pela pessoa jurídica - entendimento emanado pelo STJ no REsp 1.221.170/PR e Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5/2018.

CRÉDITOS EXTEMPORÂNEOS. GLOSA.

A Fiscalização deve proceder à glosa dos créditos extemporâneos, cuja apuração do crédito e o controle de sua utilização ao longo do tempo não tenha sido evidenciada pelo sujeito passivo.

CRÉDITO. AQUISIÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS NÃO SUJEITOS AO PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO. INSUMOS. FRETES. VEDAÇÃO.

Os art. 3º, § 2º, inciso II da Lei nº 10.833/2003, e da Lei nº 10.637/2002, vedam o direito a créditos da não-cumulatividade sobre o valor da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição. Sendo os fretes integrantes do custo de aquisições dos insumos, a possibilidade de apuração de créditos sobre tais fretes depende de serem ou não os bens adquiridos sujeitos ao pagamento de contribuições. No caso, tratando-se de insumos adquiridos à alíquota zero, não é permitida a apuração de créditos sobre os fretes decorrentes dessas aquisições.

FRETE INTERNO NA IMPORTAÇÃO. APURAÇÃO DE CRÉDITOS. IMPOSSIBILIDADE.

Os dispêndios da pessoa jurídica importadora com serviços de transporte (frete) da mercadoria importada desde o local alfandegado até o local de entrega da mercadoria no território nacional (transporte nacional) não estão incluídos no valor aduaneiro da mercadoria e, conseqüentemente, não podem compor a base de cálculo dos créditos.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Período de apuração: 01/07/2014 a 30/09/2014

DOCTRINA. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. ATIVIDADE VINCULANTE.

Textos doutrinários não podem ser opostos aos ditames das disposições legais em face da vinculação da atividade fiscal.

DECISÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS. EFEITO ENTRE AS PARTES.

As decisões administrativas e judiciais, mesmo que reiteradas, não têm efeito vinculante em relação às decisões proferidas pelas Delegacias de Julgamento da Receita Federal do Brasil.

NULIDADE. AMPLA DEFESA. PREJUÍZO. INOCORRÊNCIA.

Demonstrado nos autos que o ato administrativo praticado pela autoridade a quo e todos os documentos que compuseram o procedimento fiscal foram devidamente enviados ao sujeito passivo mediante remessa ao seu domicílio tributário eletrônico, tendo este sido regularmente cientificado por abertura de mensagem, deve-se afastar a preliminar de

nulidade do ato do lançamento arguida pois não se verifica prejuízo ao contribuinte tampouco óbice ao exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

Cientificada, a Recorrente interpôs Recurso Voluntário no qual ratifica os argumentos trazidos em sede de Manifestação de Inconformidade e requer que se reforme a decisão da Delegacia de Julgamento.

É o relatório.

VOTO

Tratando-se de julgamento submetido à sistemática de recursos repetitivos na forma do Regimento Interno deste Conselho, reproduz-se o voto consignado no acórdão paradigma como razões de decidir:

O Recurso Voluntário é tempestivo e reúne os pressupostos legais de admissibilidade, dele, portanto, tomo conhecimento.

Não havendo questões preliminares a serem apreciadas passa-se à análise do mérito recursal.

Do mérito

Compulsando os autos, verifica-se que a controvérsia se assenta sobre a (im)possibilidade de homologação de pedido de ressarcimento referente a direito creditório de Cofins do regime não cumulativo Mercado Interno (período de apuração 01/07/2014 a 30/09/2014).

Tendo sido delimitada a matéria, passa-se à análise específica das glosas efetuadas pela Fiscalização relativas à parte dos bens e serviços utilizados como insumos pela Recorrente, bem como a utilização de créditos extemporâneos.

Da glosa de bens para revenda

A auditoria fiscal informa que a empresa apurou crédito sobre à aquisição de bens destinados à revenda submetidos à alíquota zero de PIS/Cofins:

(...) de acordo com as notas fiscais auditadas, as aquisições da empresa NUTRION AGRONUTRIENTES LTDA. (03.129.679/0002-92) de produto de NCM 25.20.20.90 e que tal produto tem alíquota zero nos termos do artigo 12, IV, da Lei nº 10.925/04. Afirma ainda que a empresa modificou o NCM 25.20.20.90 (alíquota zero) para o NCM 28.33.29.90 (produto tributado).

A apuração fiscal desconsiderou a alteração promovida pela empresa e utilizou a classificação fiscal informada nas notas fiscais emitidas pela NUTRION AGRONUTRIENTES LTDA.

A análise das planilhas NF-e Consultadas (NUTRION AGRONUTRIENTES LTDA.xlsx) e Glosas (Aquisição de Bens para a revenda – Glosas.xlsx) revela que as aquisições ocorreram nos meses de 08/2014 e 09/2014.

Assim, por força do inciso II, § 2º, artigo 3º, das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, foram glosados os itens em que não houve o pagamento das contribuições nas suas aquisições.

O Acórdão recorrido manteve a glosa nos seguintes termos:

(...) não é suficiente que a empresa traga meras alegações de erro de classificação fiscal pela fornecedora de bens para revenda. É necessário demonstrar que houve pagamento de PIS e de COFINS na operação de aquisição dos bens. Sem esta demonstração não se pode conceder o crédito pleiteado, tendo em vista que o pagamento de PIS e de COFINS é condição necessária ao reconhecimento do crédito não cumulativo, nos termos do art. 3º, § 2º, II, da Lei nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003.

A Recorrente sustenta que tanto o NCM indicado pelo vendedor e tido por correto pela autoridade fiscal estão incorretos de forma que seria facultado à Recorrente identificar o item (produto ou serviço) e informar o código correto nos termos do que estabelece o Guia Prático da EFD Contribuições. Nestes termos, entende que sendo o adquirente responsável pelo preenchimento do arquivo e havendo a obrigação de informar o NCM do produto adquirido, não há qualquer impedimento quanto à utilização do NCM adequado, independentemente da classificação utilizada pelo fornecedor.

Não assiste razão à Recorrente.

No caso dos autos, a autoridade fiscal procedeu a análise correta das notas fiscais apresentadas e atestou que os produtos adquiridos da empresa NUTRION AGRONUTRIENTES LTDA. (03.129.679/0002-92) - NCM 25.20.20.90 são contemplados pela alíquota zero nos termos do artigo 12, IV, da Lei nº 10.925/04, não gerando, portanto, o creditamento das contribuições ao Pis e Cofins.

Ademais, conforme bem aclarado pelo Acórdão recorrido, meras alegações de erro de classificação fiscal imputados à fornecedora não são suficientes para concessão do crédito pleiteado. Em matéria de direito creditório é imprescindível que reste inequívoco a certeza e liquidez do direito objeto de ressarcimento.

A documentação fiscal/contábil apresentada pela Recorrente demonstra que, de fato, foram adquiridos produtos tributados à alíquota zero, não sendo plausível acatar a realização de modificação do NCM a critério da Recorrente. Portanto, por força do inciso II, § 2º, artigo 3º, das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, a glosa realizada foi correta.

Pelo exposto, não há reforma a ser feita no Acórdão recorrido.

Da glosa de créditos sobre bens tributados à alíquota zero

A auditoria fiscal relata que a Recorrente apurou crédito sobre a aquisição de bens (insumos) tributados à alíquota zero de PIS/Cofins e que, por força do inciso II, § 2º, artigo 3º, das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, glosou os itens em que não houve o pagamento das contribuições nas suas aquisições.

A Recorrente sustenta que os fornecedores se utilizaram do “CST 06 – Operação Tributável (alíquota zero)”, ou indicaram este tipo de tributação em algum outro campo da nota fiscal, de forma equivocada. Em seguida, enumera os produtos com NCM indicado pela fiscalização e diz que tais produtos não constam do rol de alíquotas reduzidas a zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins previstos no art. 28 da Lei nº 10.865, de 2004, e no art. 1º da Lei nº 10.925, de 2004.

A DRJ manteve a glosa tendo em vista que a sujeição ao pagamento de PIS e de Cofins é condição necessária ao reconhecimento do crédito não cumulativo, nos termos do art. 3º, § 2º, II, da Lei nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003.

Em sede recursal, a Recorrente repisa os argumentos da Manifestação de Inconformidade e alega o que segue:

(...) sendo o adquirente responsável pelo preenchimento do arquivo e havendo a obrigação de informar o NCM do produto adquirido, não há qualquer impedimento quanto à utilização do NCM adequado, independentemente da classificação utilizada pelo fornecedor.

Verificado o equívoco na tributação à alíquota zero e o conseqüentemente não recolhimento do PIS e da COFINS devidos, a obrigação tributária é exclusiva do fornecedor não podendo o adquirente ser penalizado pelo equívoco praticado pelo fornecedor.

Assim, imprescindível afastar a glosa de créditos pela aquisição de produtos equivocadamente classificados pelo fornecedor como tributados à alíquota zero.

Sem razão a Recorrente.

O fornecedor de insumos tem um papel relevante na classificação fiscal de um produto e que todos os demais integrantes da cadeia produtiva (indústrias, revendedores, atacadistas e o varejista que vende para o consumidor final) devem seguir essa classificação fiscal. Desta feita, a Recorrente não pode alterar o NCM de um bem adquirido, pois estaria modificando a classificação no sistema eletrônico de controle de dados que cruza diversas informações dos contribuintes.

Portanto, conforme assinalado pela DRJ, quando um revendedor ou indústria (adquirente de insumos) constatar que determinado produto comprado foi classificado incorretamente, ele deve, inicialmente, comunicar ao seu fornecedor para que ele corrija tal classificação. E, em seguida, providenciar a Carta de

Correção Eletrônica poderá ser utilizada para a regularização da NF-e e, assim, corrigir o código NCM anteriormente utilizado.

Todavia, considerando que tal expediente não foi adotado, bem como não houve a comprovação de pagamento de PIS e de COFINS decorrente da compra dos insumos, não justificativa para recepcionar o pedido da Recorrente.

Isto posto, não há reparo a ser feito no Acórdão recorrido.

Dos créditos extemporâneos

No caso em tela, a glosa decorre da apropriação extemporânea de créditos, tendo em vista a constatação de utilização de créditos comprovados por notas fiscais de bens e serviços referentes a períodos diversos do exercício das EFD-Contribuições em análise.

Inferre-se do Acórdão recorrido que a motivação para manutenção da glosa decorre da previsão expressa no § 4º do art. 3º e do art. 13 da Lei nº 10.637, de 2002, e Lei nº 10.833, de 2003:

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

(...)^{1º} Observado o disposto no § 15 deste artigo, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no caput do art. 2º desta Lei sobre o valor:

I - dos itens mencionados nos incisos I e II do caput, adquiridos no mês;

II - dos itens mencionados nos incisos III a V e IX do caput, incorridos no mês;

III - dos encargos de depreciação e amortização dos bens mencionados nos incisos VI, VII e XI do caput, incorridos no mês;

IV - dos bens mencionados no inciso VIII do caput, devolvidos no mês.

§ 2º Não dará direito a crédito o valor:

(...)^{3º} **O direito ao crédito aplica-se**, exclusivamente, em relação:

(...)^{4º} O crédito não aproveitado em determinado mês poderá sê-lo nos meses subsequentes.

(...)^{10.} O valor dos **créditos apurados** de acordo com este artigo não constitui receita bruta da pessoa jurídica, servindo somente para dedução do valor devido da contribuição.

(...)^{13.} O **aproveitamento de crédito** na forma do § 4º do art. 3º, do art. 4º e dos §§ 1º e 2º do art. 6º, bem como do § 2º e inciso II do § 4º e § 5º do art. 12, não ensejará atualização monetária ou incidência de juros sobre os respectivos valores.

Destaques em negrito

Por força desses dispositivos, o crédito não cumulativo deve ser escriturado, apurado e demonstrado no seu devido período de competência. Desse modo, se determinado crédito não foi apurado no momento próprio, existe a possibilidade de sua apuração em momento posterior, mas isso deve ocorrer mediante

retificação dos Dacon/EFD-Contribuições e DCTF correspondentes ao período de origem.

Lado outro, a Recorrente argumenta que a Câmara Superior de Recursos Fiscais deste E. Carf no Acórdão 9303006.247, uniformizou o entendimento de que, *“desde que respeitado o prazo de cinco anos a contar da aquisição do insumo, o crédito apurado não cumulatividade do PIS e COFINS pode ser aproveitado nos meses seguintes, sem necessidade prévia retificação do Dacon por parte do contribuinte”*.

Desse modo, a Recorrente requer o que segue abaixo reproduzido:

Assim, evidenciada a superação do entendimento que fundamentou o acórdão recorrido, em sede de uniformização de jurisprudência, mediante Recurso Especial apreciado pela CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS do CARF, a glosa realizada pela autoridade fiscal não pode ser mantida, sendo imprescindível a reforma do acórdão a quo para reconhecer o direito do contribuinte de, respeitado o prazo de cinco anos a contar da aquisição do insumo, aproveitarem o crédito apurado não cumulatividade do PIS e COFINS nos meses seguintes, sem necessidade prévia de retificação do DACTON, nos termos do art. 3º, § 4º, da Lei nº 10.833/2003.

Nada obstante, em que pesem os argumentos empreendidos pela Recorrente cumpre reproduzir o teor da Súmula Carf nº 231, aprovada pela 3ª Turma da CSRF em sessão de 05/09/2025:

O aproveitamento de créditos extemporâneos da contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS exige a apresentação de DCTF e DACTON retificadores, comprovando os créditos e os saldos credores dos trimestres correspondentes.

Acórdãos Precedentes: 9303-011.780, 9303-013.263, 9303-014.081.

Desta feita, considerando que a matéria objeto de controvérsia encontra-se sumulada em sentido contrário a pretensão da Recorrente, conclui-se que não há reversão de glosa a ser feita neste tópico recursal.

Dos créditos referentes aos serviços de frete sobre aquisição de produtos tributados à alíquota zero

Ao analisar as notas fiscais vinculadas aos conhecimentos de transporte utilizados como base de cálculo dos créditos de PIS e Cofins, a fiscalização glosou os créditos oriundos de custos de transporte vinculados às aquisições no mercado interno de bens não sujeitos à tributação.

O Acórdão recorrido manteve as glosas com base na seguinte argumentação:

Assim, no tocante ao frete dos produtos adquiridos com alíquota zero, para fins de creditamento de PIS/Cofins, tenho que o frete na aquisição de insumos possui a

mesma natureza do bem transportado, cuja operação não suporta a incidência integral do PIS e da Cofins. O frete integra o custo de aquisição das mercadorias adquiridas, quando pago pela pessoa jurídica adquirente, e tem a mesma natureza do insumo adquirido, devendo seguir o regime de crédito desses insumos. **No caso, as aquisições foram tributadas à alíquota zero, conforme se depreende do estabelecido no inciso II do § 2º do art. 3º da Lei nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003.**

Portanto, tratando-se de valor que integra o custo de aquisição, a possibilidade de apropriação de crédito calculado sobre a despesa com frete deve ser determinada em função da possibilidade ou não de apropriação de crédito em relação aos bens transportados, ou seja, nem toda despesa com frete na compra é capaz de gerar crédito a ser deduzido na apuração não cumulativa do PIS/PASEP e da Cofins, mas somente o frete pago nas aquisições de insumos ou mercadorias passíveis também de creditamento. Tal entendimento é pacífico no âmbito da RFB. Diversas Soluções de Consulta tratam do tema, algumas abaixo transcritas:

(...)

Este entendimento é o mesmo adotado pelo Parecer Normativo Cosit nº 05/2018, ao instruir qual o valor a ser considerado no cálculo do montante do crédito das contribuições referente à aquisição de insumos a ser apurado pela pessoa jurídica beneficiária:

(...)

Conforme acima referenciado, o entendimento do Parecer Normativo Cosit nº 5/2018, vinculante para as DRJ, é que se for permitido o creditamento em relação ao bem adquirido, os itens integrantes de seu custo de aquisição (no qual está inserido frete suportado pelo adquirente) poderão ser incluídos na base de cálculo do montante do crédito, salvo se houver alguma vedação à inclusão. Por outro lado, se não for permitido o creditamento em relação ao bem adquirido, os itens integrantes de seu custo de aquisição também não permitirão a apuração de créditos, sequer indiretamente.

Portanto, mantém-se a glosa dos créditos alusivos ao frete pago pela interessada na aquisição de insumo submetido à alíquota zero, posto que está inserido no custo do insumo cuja aquisição não gera o crédito de PIS/Cofins. (Grifos nossos).

A Recorrente discorda da manutenção da glosa sobre os fretes incorridos na aquisição de insumo submetido a alíquota zero pois entende que viola a autorização contida nos art. 3º, inciso II, das Leis n. 10.637/2002 e 10.833/2003:

Com efeito, assiste razão à Recorrente.

A incidência de Pis e Cofins na operação de frete representa custo de aquisição para a Recorrente, o que dá ensejo ao correlato creditamento, independentemente de a operação anterior estar ou não sujeita à incidência de tais contribuições.

Nesse sentido, destaca-se o entendimento da Câmara Superior de Recursos Fiscais deste E. Carf através do Acórdão 9303-013.883:

Ementa: ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP Ano-calendário: 2007 PIS E COFINS. NÃO CUMULATIVO. GASTOS COM TRANSPORTE DE INSUMOS. CUSTO DE AQUISIÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA SUJEITA À ALÍQUOTA ZERO. DIREITO A CRÉDITO NO FRETE. POSSIBILIDADE.

O artigo 3º, inciso II das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 garante o direito ao crédito correspondente aos insumos, mas excetua expressamente nos casos da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição (inciso II, § 2º, art. 3º). Tal exceção, contudo, não invalida o direito ao crédito referente ao frete pago pelo comprador dos insumos sujeitos à alíquota zero, que compõe o custo de aquisição do produto (art. 289, §1º do RIR/99), por ausência de vedação legal. Sendo os regimes de incidência distintos, do insumo (alíquota zero) e do frete (tributável), permanece o direito ao crédito referente ao frete pago pelo comprador do insumo para produção. (Acórdão 9303-013.883 – DP 20/04/2023).

Pelo exposto, a glosa sobre aos serviços de frete sobre aquisição de produtos tributados à alíquota zero devem ser revertidas.

Dos créditos referentes aos serviços de frete sobre aquisição de produtos importados

Sobre os custos de transporte de mercadoria importada, desde o local alfandegado até o local de entrega da mercadoria no território nacional (transporte nacional), a Fiscalização também concluiu que não é possível a apuração de créditos em relação ao frete nacional de mercadorias importadas, por ser vedada a inclusão desses custos no valor aduaneiro e por alegada inexistência de previsão de creditamento em relação aos dispêndios respectivos tanto no art. 3º das Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003, quanto no art. 15 da Lei nº 10.865, de 2004.

Também neste item, tal como no tópico precedente, a DRJ manteve a glosa consoante abaixo reproduzido:

Quanto ao custo de transporte de mercadoria importada, a RFB também não admite o desconto de créditos em relação ao frete interno referente ao transporte de mercadoria importada do ponto de fronteira, porto ou aeroporto alfandegado até o estabelecimento da pessoa jurídica no território nacional (transporte nacional).

(...)

Como se vê, a possibilidade de apuração de crédito deve ser analisada com base no art. 15 da Lei nº 10.865/04, que trata, especificamente, de aquisição de produtos importados. Isso porque a mercadoria importada não é adquirida de Pessoa Jurídica domiciliada no Brasil, de modo que essa aquisição não dá direito a crédito com base nos incisos I e II do art. 3º da Lei nº 10.637/2002, e nos incisos I e II do art. 3º da Lei nº 10.833/2003. Tal vedação abrange todo o custo de aquisição da

mercadoria, neste incluso o valor pago a título de frete, ainda que esse frete tenha sido contratado com transportador brasileiro.

Portanto, os gastos com frete após o despacho aduaneiro não dão direito ao crédito de PIS/COFINS, pois tais gastos não fazem parte do valor aduaneiro do bem importado.

Irresignada, a Recorrente afirma que os gastos com fretes no transporte de produtos importados do recinto alfandegado para o estabelecimento da empresa se enquadram como parte do custo de aquisição dos insumos a serem utilizados no processo produtivo da empresa, pelo que geram direito a crédito. Em sua defesa, cita o entendimento exarado no Acórdão nº 3401-012.521 – 3ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária – Sessão de 24 de outubro de 2023 e requer a reforma do acórdão recorrido para determinar a exclusão da glosa referente aos créditos relativos ao frete importação.

Neste ponto, assiste razão à Recorrente.

Com efeito, o serviço de frete sobre aquisição de produtos importados utilizados com insumo pela Recorrente, já foi objeto de análise pela 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais em recente decisão prolatada nos Acórdão nº 9303-016.888 e nº 9303-015.265. Na oportunidade, restou assente que o desconto de créditos aqui examinados se amolda a previsão contida no art. 3º, inciso II da Lei nº 10.833/03, razão pela qual, a glosa deve ser revertida.

Pelo exposto, voto para dar parcial provimento ao Recurso Voluntário para reverter as glosas sobre: i) frete sobre aquisição de produtos tributados à alíquota zero e ii) frete sobre aquisição de produtos importados.

Conclusão

Importa registrar que as situações fática e jurídica destes autos se assemelham às verificadas na decisão paradigma, de sorte que as razões de decidir nela consignadas são aqui adotadas, não obstante os dados específicos do processo paradigma eventualmente citados neste voto.

Dessa forma, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 87 do RICARF, reproduz-se o decidido no acórdão paradigma, no sentido de dar parcial provimento ao recurso voluntário, para reverter as glosas sobre: i) frete sobre aquisição de produtos tributados à alíquota zero e ii) frete sobre aquisição de produtos importados.

Assinado Digitalmente

Rodrigo Lorenzon Yunan Gassibe – Presidente Redator

ACÓRDÃO 3202-003.902 – 3ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/2ª TURMA ORDINÁRIA

PROCESSO 10120.907446/2017-19

DOCUMENTO VALIDADO